



O ESPAÇO, A CIDADE E O LUGAR: REFLEXÕES A PARTIR DOS CONJUNTOS DO PMCMV EM ITABERABA-BA¹

SPACE, CITY, AND PLACE: REFLECTIONS ON PMCMV HOUSING COMPLEXES IN ITABERABA-BA

EL ESPACIO, LA CIUDAD Y EL LUGAR: REFLEXIONES A PARTIR DE LOS CONJUNTOS DEL PMCMV EN ITABERABA-BA

Ythana de Oliveira Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Mestranda Em Geografia
ythanaos@outlook.com

Ana Rocha dos Santos

Universidade Federal De Sergipe (UFS)
Professora Doutora
anarocha68@academicoufs.br

RESUMO:

O objetivo deste texto é analisar o espaço constituído em Itaberaba pelo PMCMV, a partir das considerações teóricas iniciais sobre o espaço, a cidade capitalista e o lugar. O espaço é visto como fundamental para a reprodução do capital, atuando como condição, meio e resultado desse processo (Carlos, 2007). Este estudo utilizou uma metodologia que incluiu revisão bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, baseada nas teorias de Henri Lefebvre e Ana Fani Alessandri Carlos, além de pesquisa documental e análise de fotografias aéreas. Além disso, foram desenvolvidos mapas de localização dos conjuntos habitacionais e dos equipamentos urbanos circundantes. Essa etapa envolveu o uso de dados geoespaciais para mapear terrenos, loteamentos, quadras, lotes dos bairros. A cidade capitalista se constitui e se reconstitui em um movimento contraditório. Os espaços loteados e as áreas já construídas no entorno dos conjuntos habitacionais demonstraram como a lógica capitalista fragmenta o espaço urbano, ao mesmo tempo em que recorre à sua homogeneização. Articulada com um espaço mundial hierarquizado e impulsionada pela expansão do capital, a cidade oscila entre gerar concentração de riqueza, serviços, especializações e símbolos, e evidenciar a separação de seus elementos, com a fragmentação do solo e a negação do direito à cidade (Carlos, 2007).

Palavras-Chave: Produção do espaço; Lugar; PMCMV; Itaberaba.

Abstract:

This study aims to analyze the space shaped in Itaberaba by the PMCMV (Minha Casa Minha Vida Program), based on initial theoretical considerations about space, the capitalist city, and place. Space is understood as fundamental for capital reproduction, acting as a condition, means, and result of this process (Carlos, 2007). The methodology included a literature review on urban space production, based on the theories of Henri Lefebvre and Ana Fani Alessandri Carlos, as well as document analysis and aerial photograph interpretation. Additionally, maps of the housing

¹ Este artigo é produto dos resultados iniciais da pesquisa de dissertação da mestranda Ythana Santos, sob orientação da professora doutora Ana Rocha.



complexes and surrounding urban infrastructure were developed using geospatial data to identify land plots, subdivisions, blocks, and neighborhood lots. The capitalist city is built and rebuilt in a contradictory movement. The subdivided spaces and the already developed areas surrounding the housing complexes demonstrate how capitalist logic fragments urban space while simultaneously resorting to its homogenization. Articulated within a hierarchized global space and driven by capital expansion, the city oscillates between generating wealth concentration, services, specializations, and symbols while also highlighting the separation of its elements through land fragmentation and the denial of the right to the city (Carlos, 2007).

Keywords: Urban space production; Place; PMCMV; Itaberaba.

Resumen:

Este estudio tiene como objetivo analizar el espacio configurado en Itaberaba por el PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida), a partir de consideraciones teóricas iniciales sobre el espacio, la ciudad capitalista y el lugar. Se entiende el espacio como fundamental para la reproducción del capital, actuando como condición, medio y resultado de este proceso (Carlos, 2007). La metodología incluyó una revisión bibliográfica sobre la producción del espacio urbano, basada en las teorías de Henri Lefebvre y Ana Fani Alessandri Carlos, además de análisis documental e interpretación de fotografías aéreas. Asimismo, se elaboraron mapas de localización de los conjuntos habitacionales y de los equipamientos urbanos circundantes, utilizando datos geoespaciales para identificar terrenos, parcelaciones, manzanas y lotes en los barrios. La ciudad capitalista se construye y se reconstruye en un movimiento contradictorio. Los espacios parcelados y las áreas ya construidas en el entorno de los conjuntos habitacionales demuestran cómo la lógica capitalista fragmenta el espacio urbano, al mismo tiempo que recurre a su homogenización. Vinculada a un espacio global jerarquizado e impulsada por la expansión del capital, la ciudad oscila entre generar concentración de riqueza, servicios, especializaciones y símbolos, y evidenciar la separación de sus elementos mediante la fragmentación del suelo y la negación del derecho a la ciudad (Carlos, 2007).

Palabras clave: Producción del espacio urbano; Lugar; PMCMV; Itaberaba.

Introdução

O espaço está cada vez mais se constituindo numa articulação entre o local e o mundial. Isso acontece porque o processo de reprodução das relações sociais nos últimos tempos dá-se fora das fronteiras do lugar. Novas atividades e novos comportamentos criam-se sob as transformações do processo produtivo, sob novos valores a partir da constituição do cotidiano.

Os conjuntos habitacionais Brisas da Chapada e Residencial Vida Nova Itaberaba, localizados em Itaberaba foram construídos como parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), especificamente na Faixa 1. Itaberaba, situada no centro-norte da Bahia, pertence ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu. A cidade está estrategicamente posicionada entre as rodovias estaduais BA-046 e BA-233, além da rodovia federal BR-242.



O objetivo deste texto é analisar o espaço constituído em Itaberaba pelo PMCMV, a partir das considerações teóricas iniciais sobre o espaço, a cidade capitalista e o lugar. Portanto, os objetivos específicos são: contextualizar produção do espaço na cidade capitalista moderna; refletir sobre o lugar e sua articulação com o global em Itaberaba; e debater a constituição do espaço nos conjuntos habitacionais na cidade. Na perspectiva deste texto, o espaço é compreendido como condição, meio e produto para a reprodução do capital e constituído numa lógica de articulação entre o local e o mundial, que se materializa na cidade. Nesse contexto, o lugar é entendido como a realização do cotidiano, por meio das relações sociais que constituem o espaço (Carlos, 2007).

Entende-se que, por ser cada vez mais articulado com o global, o lugar, que está na dimensão do vivido, ganha expressão mundial, uma vez que a globalização se materializa nessa esfera. Todavia, o mundial, que existe no local, redefine seu conteúdo, mas não anula as particularidades. Portanto, há uma preocupação neste texto em estabelecer um conteúdo que considere a generalização dos fenômenos sociais, mas que não leve à perda da tematização das diferenças entre os lugares e do estudo das realidades singulares, que são essenciais aos estudos geográficos.

A sociedade urbana é um constante “devir”, portanto, um vir a ser que depende de um processo e de uma praxis (Lefebvre, 1999). Todavia as relações sociais ou de produção, que dão sentido ao processo e constituem essa sociedade, são diferentes em cada local. Não considerar isso é favorecer ideologias de organicismo, continuísmo e evolucionismo. Daí a contribuição da teoria para explicar a produção do espaço em cidades menores. No processo de urbanização completa, a metrópole explode e as cidades pequenas e médias são influenciadas pelas metrópoles, entretanto, esse fenômeno se complexiza a partir da mundialização do capital que abrange perspectivas de integração multiescalares e revela novas articulações.

Para compreender a produção do espaço urbano, os resultados apresentados neste texto foram apreendidos através dos procedimentos metodológicos que combinaram a revisão bibliográfica sobre a produção do espaço e do lugar em Henri Lefebvre e Ana Fani Alessandri Carlos, além da pesquisa documental e da análise de fotografias aéreas. Além disso, foram elaborados mapas que representam a localização dos conjuntos habitacionais e dos equipamentos urbanos de entorno. Essa etapa utilizou shapes fornecidos pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Obras, para converter e integrar



dados como terrenos, loteamentos, quadras, lotes e bairros. O software QGIS foi utilizado para mapear e sistematizar essas informações, o que permitiu uma análise das áreas de expansão urbana onde os empreendimentos foram construídos.

O artigo está estruturado para pontuar produtos do processo de produção do espaço a partir da análise dos conjuntos em Itaberaba. A princípio, será feita uma contextualização sobre a cidade sob o regime capitalista. Em seguida, o texto focaliza Itaberaba, detalhando como o processo de transformação ocorre localmente atrelado à escala global. Por último, o artigo aborda o PMCMV e suas implicações na política habitacional de Itaberaba, oferecendo uma análise detalhada das intervenções governamentais na produção do espaço urbano. Essa estrutura permite uma análise das interações entre o global e o local na configuração do espaço urbano contemporâneo.

Reflexões sobre a cidade capitalista

No capitalismo, o processo de produção transforma o espaço em mercadoria, uma vez que submete tudo à mercadoria. Na cidade, o solo urbano é mercantilizado a partir do mercado imobiliário, por aluguel ou venda, o que traz implicações sobre o “habitar” a cidade, já que o valor diferenciado estratifica e define onde as pessoas serão alocadas.

O urbano e a cidade, embora sejam conceitos interligados, não são sinônimos. Para Lefebvre (2008), a cidade está relacionada à sociedade que nela vive. Dessa forma, apresenta-se como o prático sensível, é a constante apreensão através dos sentidos, portanto, o espaço de apropriação. Assim, a cidade é constituída como a materialidade do processo. Enquanto isso, o urbano é o conteúdo que produz essa forma.

O espaço enquanto produto social e histórico precisa ser analisado a partir da produção e reprodução, não apenas do capital, mas também das relações sociais. O primeiro processo é específico, por outro lado, o segundo é a acumulação que acontece na reprodução do capital, ou seja, a divisão do trabalho em seu movimento. Por isso, o valor do solo é gerado no espaço urbano a partir dessa divisão desigual (Carlos, 2015).

O processo civilizatório é a transformação da natureza em segunda natureza por meio da técnica, essa transformação constante, no capitalismo, reconstituiu a cidade e a produção e reprodução do espaço. O trabalho social acumulado, que é a própria cidade, assume a forma de mercadoria, bem como a produção da sociedade e do mundo social.



O período histórico atual se caracteriza, dessa maneira, pela produção de uma sociedade urbana articulada sob um espaço mundial, mas hierarquizado. Isso se deve ao fato de que as relações estão diretamente atreladas à expansão do mundo da mercadoria, e o plano de fundo desse processo se dá na propriedade privada, que diferencia e dá poder as classes sociais. Assim, alguns apontamentos são necessários para compreender o que é a cidade nesse movimento (Carlos, 2015).

A cidade, como dito anteriormente, é a forma do espaço, bem como a produção social e histórica da sociedade, logo, em sua totalidade, é a materialidade e o conteúdo das relações sociais estabelecidas no processo de trabalho. O espaço, todavia, é uma constituição humana e em produção permanente. Numa relação dialética, a cidade, que é singular e produto desse espaço em determinado período histórico é também condição para a sua reprodução. Por isso, produção e reprodução são processos indissociáveis, pois ganham sempre novos sentidos pela acumulação do trabalho. A reprodução que se estabelece a partir das particularidades aponta a totalidade, pois considera “os processos de circulação, distribuição, troca, consumo, e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz” (Carlos, 2015, p.92).

A apropriação da cidade acontece de diversas formas, uma vez que depende das necessidades da realização social como um todo. Dessa maneira, não há uma função única, o espaço é sempre obra e produto. Por ser um produto da ação humana pelo processo de trabalho, o espaço da cidade se torna também mercadoria e possui delimitações para seu uso e formas de acesso. Por esse motivo, o uso do espaço na cidade está condicionado ao acesso à propriedade por via jurídica, ou seja, o espaço é privado e regulamentado. Isso fragmenta a cidade, que se torna dividida em parcelas de espaço sem perder a sua totalidade, pois o espaço é generalizado em forma de mercadoria dos fragmentos da cidade. Cada parcela desse solo será vendida de acordo com necessidades e desejos, mas marcadas pelas relações de poder e propriedade.

Entretanto, esses usos são ações socioespaciais concretas e, assim, coagidas por agentes hegemônicos que promovem as contradições e consequentes conflitos entre as classes. A contradição mais explícita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação socioespacial das áreas residenciais. O acesso diferenciado ao solo urbano adquire caráter de segregação. Essa é a justaposição entre a morfologia



social, a segregação é analisada a partir da relação entre a condição de classe e a morfologia espacial. Ou seja, o lugar que o indivíduo ocupa na cidade em razão da relação entre a renda e o preço do metro² do solo urbano (Carlos, 2015). A cidade capitalista é, dessa maneira, a materialidade da realização da sociedade de classes fundamentada nas relações de poder e renda.

O valor e o uso do solo são delimitados por três fatores principais: a propriedade privada do solo urbano, a centralidade do capital e as novas atividades econômicas que precisam de áreas específicas e o grau de ocupação da área. A propriedade privada condiciona a ocupação da cidade, é somente por venda ou aluguel que essa pode se realizar no mercado imobiliário e, amparada pelo caráter jurídico, estratifica a cidade. A centralidade do capital também é fundamental para compreender esse movimento, pois garante o uso do solo para atividades específicas, ao considerar os ganhos econômicos na área. E o grau de ocupação, que é o índice de área construída, quanto mais “paisagem urbana”, maior o valor do acesso. (Carlos, 2007)

A partir desses fenômenos, desloca-se também a ideia de centro-periferia nas cidades. O processo de produção, antes concentrado no centro, produziu a sua própria saturação, pois a não reprodução do solo impede a sua expansão em áreas centrais já ocupadas. Dessa forma, o centro é expandido e disperso para uma área mais periférica e o mercado imobiliário aponta uma tendência de valorização dessas áreas como produto da nova atividade de serviços e comércio, e para permitir a realização da propriedade privada do solo urbano. Com a expansão urbana, ainda surgem novas formas de segregação. A forma de organização espacial revela as desigualdades do processo e os lugares são restringidos pelos limites impostos pelas relações de propriedade (Carlos, 2007).

Finalmente, a produção do tecido urbano pode ser consolidada ou acontecer através de processos contínuos de urbanização. Na sociedade capitalista, esse espaço é produzido e reproduzido para o consumo, o que o transforma em mercadoria e se adequa ao mercado, que segue tendências mundiais e gera a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso do solo urbano. Esse processo acontece em diferentes graus de intensidade em cada cidade, mas apresentam problemáticas parecidas como consequências dessa lógica, são elas: moradias precárias, falta de saneamento básico, problemas de mobilidade urbana, dentre outros.



Itaberaba: do mundo ao lugar

O lugar possibilita pensar a ligação do local com o espaço urbano, que está em constante devir. A produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana, é a partir da perspectiva de análise do lugar que se busca essa apreensão. O lugar permite a compreensão do viver e do habitar, os processos de apropriação do espaço, o consumo e o uso. Mas, ao mesmo tempo, ainda reflete as coações e fragmentações do mundo moderno em todas as dimensões. (Carlos, 2007). O lugar se refere ao plano imediato, no processo de constituição da vida em suas múltiplas dimensões. É no lugar que se encontram as determinações da totalidade, mas não se eliminam as singularidades, uma vez que as sociedades produzem seus espaços, se apropriam e atribuem funções diferentes. Portanto, o lugar é o prático-sensível em uma análise. É na escala do lugar que a vida é desenvolvida em suas diferentes dimensões, ele é a base da reprodução da vida.

Neste estudo, a cidade de Itaberaba é utilizada como referência, todavia, esse não é o objetivo final: a preocupação é entender o processo de produção e (re)produção do espaço urbano pelo PMCMV de forma geral e não como fato isolado. A escolha dessa escala compreende que na produção de uma pequena parcela do espaço encontramos as mesmas determinações, ou seja, é possível identificar as leis gerais a partir do estudo de determinada parcela, desde que essa leve em conta a relação com a totalidade.

Cada lugar tem particularidades históricas, que são únicas e a caracterizam como tal, todavia as determinações específicas dessas particularidades também se materializam nas determinações gerais. Portanto, a leitura sobre a cidade não deve compreendê-la enquanto elemento imóvel, mas como espaço dinâmico de reprodução. A dimensão plena do fenômeno só pode ser alcançada a partir da articulação: particular, singular e universal (Carlos, 2007)

Dessa forma, a análise objetiva compreender as relações entre o lugar e o mundo, fazendo conexões com a escala global, através do processo de produção, e do processo de troca no lugar, que abrange a dimensão do cotidiano e a realização da vida. Por isso, toma-se como base o lugar enquanto “fenômeno específico que reproduz em diferentes escalas as mesmas determinações da totalidade, mas sem eliminar as particularidades históricas” (Carlos, 2007, p. 17).



Itaberaba, como dito anteriormente, está localizada no centro-norte do estado da Bahia. A área do município é entrecortada pelas BR-242 e pela BA-046, isso faz do município um importante entroncamento rodoviário, todavia esse é também o único meio de ligação terrestre com outras cidades, uma vez que a rede ferroviária do município foi desativada e o pequeno aeroporto só atende a serviços específicos.

A maior parte da população está concentrada na cidade, já que em 2010 as 61.631 pessoas que residiam no município, 48.485 viviam na zona urbana. Dessa forma, o que se percebe, é uma alta concentração de pessoas na cidade, característico do movimento histórico de êxodo rural e imposição do urbano na sociedade mundial. O processo de interdependência da cidade em relação ao campo, que foi baseado na imposição do urbano sobre o rural, fez com que a população rural começasse a migrar para a área urbana nos anos que se procederam.

O mapa 1 demonstra a expansão da cidade ao longo dos anos 1940 e 2020. A análise do crescimento de Itaberaba possibilita compreender a expansão da cidade, a partir da lógica acumulação e reprodução do espaço urbano, materializada na divisão do trabalho. Em 1940, o que se notava era uma mancha incipiente, uma vez que as atividades primárias e o campo, sobrepunham a cidade, nesse período, área meramente representativa e administrativa, a obra.

Todavia, na cidade de Itaberaba, esse processo de sobreposição da cidade sobre o campo pôde ser observado especialmente entre os anos de 1970 e 2010. O maior crescimento da população urbana se deu no período que abrange as décadas de 1970 a 1980, na qual a população urbana cresceu 5,6% (IBGE, 1970; 1980), fato que pode ser explicado pela expropriação rural e a tendência de redefinição do processo produtivo, que, além das atividades primárias e voltadas para o local, começa também a assumir dimensões de rede, ligando-se à escala mundial, nos setores secundário e terciário. Em contrapartida, nota-se o decréscimo da população rural em todos os períodos analisados.

Dessa forma, Itaberaba se configurou dentro do processo de diminuição constante da população rural, ligado à urbanização que o capitalismo impôs nesse período no Brasil. O que permite a compreensão de que o processo de urbanização está submetido às leis da acumulação capitalista e evidencia que a urbanização e acumulação capitalista caminham juntas.

As primeiras ocupações urbanas da cidade são datadas nesse período. A partir dos anos 2000, é possível perceber o crescimento mais expressivo da mancha urbana de Itaberaba. A cidade passa a possuir novas dinâmicas de acumulação, como a chegada da



indústria DASS, que fortaleceu o setor secundário no município que, consequentemente, contribuiu para sua expansão. Também a dimensão da cidade como negócio começou a ganhar ainda mais evidência em Itaberaba, sobretudo no setor público e, mais atualmente, no privado, que favoreceu a sua expansão.

Assim como em outras cidades, a divisão do trabalho e o processo de acumulação e reprodução do capital direcionaram o crescimento da mancha urbana e das relações. Em um primeiro momento, na área de concentração de trocas do comércio pela feira livre, depois se complexifica com a chegada da indústria e, em um movimento mais recente, adicionou-se a essa reprodução, a expansão pelo setor imobiliário. Para Carlos (2015) a organização social da separação do trabalho nessas cidades faz com que o capital se materialize no espaço urbano, o que cria áreas privilegiadas e áreas segregadas com características muito diferentes.

Portanto, o que se nota é a predominância do urbano no aspecto das relações econômicas e sociais, mas também o redirecionamento da expansão urbana através da reprodução do capital na cidade. Ainda que cidade e campo possuam um caráter de interdependência, a sociedade urbana, que é articulada mundialmente e é hierarquizada pela divisão do trabalho, se estabelece na escala do local e remodela sua estrutura. Assim como as atividades e a lógica da mercadoria da sociedade capitalista redefinem a cidade e, portanto, o lugar.

O lugar, neste texto, está na noção de totalidade concreta, que é aberta e em movimento, fundamentada na discussão da natureza do espaço geográfico. No estudo do lugar enquanto materialidade espacial, esse ganha conteúdo nas suas inter-relações, todavia é elemento da totalidade concreta, no nível da formação econômica e social capitalista. Dessa forma, está em constante processo de reorganização que se vincula às ações realizadas pelos indivíduos. Entretanto, o lugar continua sendo baseado na fragmentação desigual e articulada e, ao mesmo tempo, refletor e condicionante da sociedade, mesmo sendo redefinido em suas formas e funções.

No capitalismo, a cidade se torna a expressão espacial do modo de produção e as desigualdades espaciais são produto e condição de seu desenvolvimento. Isso acontece devido aos aspectos contraditórios inerentes ao próprio processo de mundialização e produção do espaço. A ideologia da modernidade, atrelada ao terreno fértil para reprodução do capital na cidade, fez de Itaberaba uma vitrine, através da urbanização



proporcionando infraestrutura, bens e serviços que a transformaram na maior do seu Território de Identidade, mas também criou o espaço desigual que se materializou na cidade.

PMCMV e a produção do espaço em Itaberaba²

As políticas habitacionais são importantes ações que imprimem à cidade uma dinâmica que favorece à mercantilização do solo urbano e, também, contribuem para a reprodução da desigualdade socioespacial.

A Lei nº 11.124/2005 estabeleceu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), integrando programas habitacionais em diferentes esferas governamentais e com participação de agentes públicos e privados. Isso facilitou o planejamento da política habitacional em nível nacional.

Em 2009, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que promoveu a construção de habitações acessíveis, destacando-se o primeiro conjunto habitacional em Itaberaba, o Brisas da Chapada, seguido pelo Residencial Vida Nova Itaberaba em várias fases. Este programa é visto como uma política, que reafirma o papel do Estado no contexto do capitalismo globalizado ao estimular a produção e o desenvolvimento através de várias medidas, incluindo políticas sociais.

O Programa Minha Casa Minha Vida em Itaberaba destinou os conjuntos habitacionais Brisas da Chapada e Residencial Vida Nova exclusivamente à faixa 1, para famílias com renda mensal de até 1,6 salários mínimos. Os empreendimentos foram viabilizados pelo FAR Empresas, com liderança das construtoras. Esses projetos não se limitaram às grandes cidades, incluindo municípios como Itaberaba, com população acima de 50 mil habitantes. O programa também melhorou a estruturação da política habitacional local, através da criação de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (HIS). No entanto, o PMCMV evidenciou um compromisso significativo com agentes

² Esta subseção possui resultados de pesquisa de Iniciação Científica da autora e de artigo publicado em 2023.



imobiliários e políticos, refletindo objetivos de impulsionar o mercado habitacional e estimular a economia através da construção civil.

A análise inicial do Programa Minha Casa Minha Vida em Itaberaba revela a influência das políticas federais nos municípios, embora de forma não tão intensa, assim como os interesses econômicos que permeiam os discursos ideológicos das políticas públicas sociais. Esses elementos resultaram em consequências significativas para a política habitacional, incluindo a expansão da infraestrutura urbana, a construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas e a especulação pelo setor imobiliário privado, impulsionada pela atuação de agentes específicos.

Numa primeira tentativa de leitura do espaço e compreensão sobre essas questões, buscou-se a apreensão para o entendimento sobre as relações reais. É possível perceber que as periferias são o produto da expansão urbana e características distintas, uma vez que essas se dão de diferentes maneiras e de acordo com lógicas diversas, como evidenciado na cidade capitalista.

As casas foram construídas em locais criando terrenos propícios à especulação. São áreas rurais que, com a transformação do perímetro urbano, se tornaram terrenos urbanos, vazios urbanos e se convertem áreas para loteamento e posterior utilização do mercado imobiliário. As modificações nunca acontecem de maneira “natural”, pois existem interesses que as regem e isso acontece com a expansão urbana, que passa a representar elementos de segregação e grandes transformações no espaço urbano.

Esse movimento é impulsionado por agentes do capital que promovem rapidamente a redefinição do solo rural em urbano e, posteriormente, causam a promoção e a valorização do solo em áreas periféricas. Isso é evidenciado nas fotos 1 e 2, nas quais é possível observar os espaços loteados bem como áreas já construídas entorno dos conjuntos, mas que na época de sua implementação ainda eram zonas rurais do município.

A lógica capitalista, dessa maneira, fragmenta o espaço urbano, ao mesmo tempo que recorre à homogeneização (Carlos, 2007). Embora a propriedade privada seja utilizada para a fragmentação, existe um plano mundial que tende a padronizar e expandir o espaço urbano. Há, portanto, espaços estratégicos para as ações de empreendedores imobiliários articulados com proprietários de terras, bancos, instituições financeiras e o Estado.

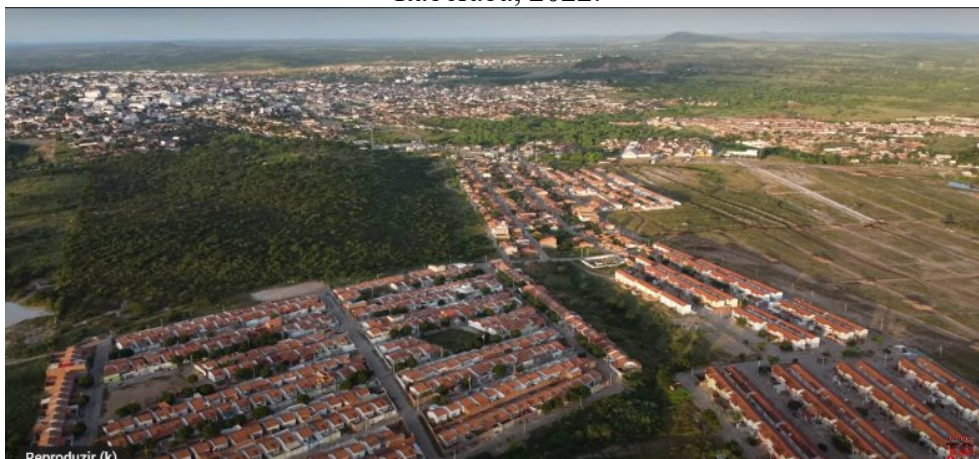


Foto 1: Foto aérea dos loteamentos de entorno do conjunto Brisas da Chapada, Itaberaba, 2022.



Fonte: Arquivo pessoal de Willian TG, 2022.³

Foto 2: Foto aérea dos loteamentos de entorno do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2022.



Fonte: Arquivo pessoal de Willian TG, 2022.

Nas fotos 3 e 4, pode-se observar a distribuição dos equipamentos urbanos como a quadra de esportes, uma praça, o posto de saúde do bairro, todos em contraste com os vazios rurais e terrenos loteados. O Estado possui papel fundamental na caracterização do uso do solo urbano, pois sistematiza e regulamenta a utilização desse espaço. Porém, são os agentes do capital que atuam no condicionamento concreto das práticas socioespaciais que, como consequência, promovem a segregação espacial, e causam conflitos. É nesse cenário, repleto de agentes com interesses conflitantes e objetivos

³ Imagens retiradas de vídeo publicado na página Willian TG na plataforma Youtube.



distintos, que o espaço urbano é produzido e reproduzido. Todos esses modeladores do espaço produzem a cidade moderna (Carlos, 2007).

Foto 3: Foto aérea do Residencial Vida Nova Itaberaba, Itaberaba, 2022.



Fonte: Arquivo pessoal de Willian TG, 2022.

Foto 4: Foto aérea dos equipamentos de entorno do Brisas da Chapada, Itaberaba, 2022.



Fonte: Arquivo pessoal de Willian TG, 2022.

A realização da vida através do tempo é caracterizada pelo uso do espaço e regulamentação urbana, que é feita pelo Estado em suas três esferas. Entretanto, esse uso é uma ação socioespacial concreta e, assim, coagida por agentes hegemônicos que promovem as contradições e consequentes conflitos entre as classes. A contradição mais explícita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação socioespacial das áreas residenciais.

A cidade possui uma tendência à generalização, pelo processo de constituição atrelado ao processo de acumulação capitalista no espaço mundial. Contudo, apresenta



suas particularidades, pois as funções que lhe são atribuídas se modificam através do tempo. Dessa forma, cada cidade terá uma expansão e consequente periferia diferente, ainda que produtos de ordens mais gerais. Dessa maneira, pensar o espaço urbano é refletir sobre as suas formas de apropriação e interesses que possuem diferentes mecanismos e objetivos para alcançá-los, como também diversas atividades e significados para o espaço (Carlos, 2007). A peculiaridade da utilização do solo urbano torna-se fundamental para a compreensão da urbanização e da cidade.

Considerações Finais

A cidade capitalista se constitui e se reconstitui em um movimento contraditório. Articulada com um espaço mundial hierarquizado e impulsionada pela expansão do capital, ela oscila entre gerar concentração de riqueza, serviços, especializações e símbolos, e evidenciar a separação de seus elementos, incluindo a fragmentação do solo e do direito à cidade. No entanto, sempre representa uma expressão dinâmica do "devir" da sociedade urbana.

Todavia, a produção do espaço urbano vai além dessa análise, uma vez que perpassa pela compreensão das relações sociais e do cotidiano. Portanto, este estudo não se esgota e são apresentados apenas os resultados iniciais da reflexão sobre o espaço em Itaberaba a partir da vida cotidiana nos conjuntos habitacionais.

A vida cotidiana no tempo se define pelo uso e pela regulamentação do espaço urbano, uma atribuição conduzida pelo Estado em suas várias esferas, por isso a importância dessas primeiras análises. No entanto, esse uso é uma prática socioespacial concreta influenciada por agentes hegemônicos que ampliam as contradições e os conflitos entre as classes sociais.

Referências

- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Uma leitura sobre a cidade**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. 1ª edição. São Paulo: Labur Edições, 2007, p. 19-32.
- CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **O espaço como condição da reprodução**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. *A condição espacial*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2015, p. 91-125.



CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **Introdução e Definir o lugar?** In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini. O lugar no/do mundo. 1ª edição. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 13-20.

LEFEBVRE, Henri. **Da cidade à sociedade urbana.** In: LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. A revolução urbana. 2ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.15-33.

LEFEBVRE, Henri. **Especificidade da cidade- A cidade e a obra.** In: LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5ª edição, São Paulo: Centauro Editora, 2008, p. 51-56.